

Produção do comum entre diferentes autoridades no Projeto Coque Livre

Luiz Carlos Pinto da Costa Jr.¹
Maria Eduarda da Mota Rocha²

Resumo: Esse texto pretende discutir as tensões que emergiram no contexto de uma intervenção realizada na forma de projeto de extensão pela Universidade Federal de Pernambuco no bairro do Coque, centro da cidade do Recife, no ano de 2011. A análise procura compreender a produção do Comum – em particular, no campo da produção imaterial de informação e Comunicação Social –, em face à confluência de diferentes formas de autoridade. Foram utilizados os relatórios de trabalho produzidos para a agência financiadora da ação, entrevistas com moradores do bairro, gestores do projeto, administradores da entidade de apoio no Coque e profissionais que ministraram atividades educativas com os jovens a quem se destinavam as ações. Também foram levadas em consideração as informações levantadas na observação participante durante as atividades e os relatos compartilhados por gestores e executores do projeto.

90

Palavras-chave: Comum. Coque. Imaterial. Autoridade. Educação.

¹ Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior/lula_pinto@riseup.net/ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor da Pós-Graduação em Indústrias Criativas da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap.

² Maria Eduarda da Mota Rocha/me.rocha/ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Abstract: This text discusses the tensions that arose in the context of an intervention carried out as a extension project led by researchers from Universidade Federal de Pernambuco. It took place in *Coque* neighborhood, in Recife's city center, in the year of 2011. The analysis aims to understand the process of the making of the common - particularly in the field of immaterial production of social information and communication - taking into account the confluence of several forms of authority. This was achieved through analyses of work reports produced for the funding agency and shared by the project managers and executors, and interviews with local residents, project managers, support entity administrators in *Coque* and a range of professionals who taught classes to the youth - the target public of the actions, as well as data collected by participant observation during the activities.

91

Keywords: Commons. Immaterial. Authority. Education.

Introdução

O Coque é um dos bairros mais estigmatizados de Recife. Além dos graves problemas de desemprego, educação, saúde, moradia e saneamento, os moradores do Coque sofrem com o preconceito provocado pela histórica atuação na comunidade de grupos criminosos ligados, sobretudo, ao narcotráfico. Programas de rádio e TV referem-se, com naturalidade, à “gente perigosa do Coque” e, nos jornais locais, o bairro já foi apresentado até como a “morada da morte”. Moradores testemunham que a simples menção à palavra Coque no currículo reduz suas chances de conseguir um emprego. Quem vive no Coque sofre, cotidianamente, as consequências de uma lógica social perversa que promove a criminalização da pobreza e alimenta, pelo preconceito, um ciclo vicioso de exclusão.

Para a Prefeitura do Recife, o Coque é uma ilha (Ilha Joana Bezerra) de 133 hectares, na qual vivem aproximadamente 12.755 habitantes (IBGE, 2000). Para os moradores (e até no imaginário da cidade), entretanto, a comunidade se estende um pouco mais ao sul, ocupando parte do território que a Prefeitura demarca como Bairro de São José. A área está localizada a cerca de 2,5 km do centro da cidade e 3,5 km de Boa Viagem, um dos bairros de maior renda de Recife, concentrando hoje grande oferta de serviços, comércio e investimentos imobiliários. Também faz fronteira com a Ilha do Leite, onde está localizado o maior polo médico privado de Pernambuco, que inclui o complexo HOPE-Esperança, Hospital Memorial São José, Hospital da Unimed e o Real Hospital Português, além de clínicas e laboratórios. O Coque tem ainda como vizinho o Fórum Jurídico Desembargador Rodolfo Aureliano. Cercado por áreas que possuem grande valor imobiliário, a comunidade é, hoje, uma presença incômoda numa rota de crescimento da cidade.

O interesse que a região desperta, sobretudo ao capital imobiliário, vem se confirmando e, no ano de 2014, ficou mais explícito por ocasião da ocupação do Cais José Estelita, vizinho ao Coque e integrante como este do centro-sul da cidade. A região, de 100 mil metros quadrados, é objeto de disputas judiciais através da qual a sociedade civil procura, por um lado, impedir a construção de complexo imobiliário composto por 12 torres de até 40 andares. E, por outro lado, viabilizar usos populares e coletivos para o cais, cujo terreno foi vendido irregularmente anos atrás. A área foi ocupada por diversos militantes para forçar o

poder público a negociar alternativas e esse movimento tem fortes conexões com as demandas do Coque.

O período em que se deu a ocupação do Coque é controverso. Há registros indicando que surgiu no início do século XX, a partir do desmatamento do manguezal nas margens do rio Capibaribe para aterragem de lixo. Nesse momento, teria ocorrido a ocupação irregular da área por migrantes dos municípios vizinhos e do interior do Estado. Há, no entanto, menções à ocupação somente nos anos de 1950. Há décadas a posse da área é disputada e, apesar da resistência da comunidade, dos anos 1980 para cá, não há registro da entrega de nenhum título de posse aos moradores da comunidade.

Em 1983, no entanto, foi votada e sancionada a lei de uso e ocupação do solo da cidade, que reconhece e institucionaliza 27 assentamentos habitacionais de baixa renda, classificando-os então como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Graças à resistência da comunidade, uma parte do Coque tornou-se uma ZEIS e outra parte é considerada ZEPA (Zona Especial de Proteção Ambiental).

Essa condição, entretanto, não garante a boa qualidade de vida no bairro e o atendimento às necessidades básicas de saneamento, saúde, educação, emprego e renda. Aproximadamente 66% dos moradores do bairro podem ser considerados indigentes, uma vez que vivem com menos 1/4 de um salário mínimo. Segundo dados do IBGE (2000), no Coque, dos 3.275 domicílios sem renda, quase dois mil não possuem atendimento sanitário eficiente, utilizando mecanismos rudimentares para escoamento das fezes ou mesmo não dispendo de mecanismo algum de esgotamento sanitário. Já no que diz respeito aos domicílios com algum tipo de renda, cerca de cinco mil recebem até um salário mínimo e cerca de três mil recebem até dois salários mínimos. Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2005) do Município do Recife afirmam que o percentual de analfabetos funcionais, aqueles que sabem ler, mas não compreendem os textos, no Coque é muito alto: 81% para a população adulta e 74% para os jovens entre 18 e 24 anos.

Pela proximidade com áreas nobres e comerciais, onde circula a classe média e alta, os grupos de jovens do bairro associados à criminalidade acabam sendo responsabilizados por toda a violência registrada na zona sul, razão pela qual os moradores do Coque acabam sofrendo mais preconceito do que os de comunidades com índices mais altos de violência ou de pobreza, mas que representam menor risco no imaginário coletivo do Recife. Baseado em estudos realizados no Coque

e sobre a gênese da violência na localidade, assim como sobre as relações sociais na comunidade, sociólogos, como Freitas (2005), afirmam que a baixa autoestima dos moradores do Coque gera uma revolta desmobilizadora que contribui para alimentar a violência. Freitas constata também que os jovens do lugar vêm sendo sistematicamente desconsiderados nas ofertas de emprego das áreas vizinhas (no polo médico, por exemplo), porque são vistos como “criminosos” em potencial. Terminam, por isso, sendo mais vulneráveis à cooptação pelos grupos criminosos existentes no bairro.

Atores envolvidos

O NEIMFA

A associação Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA) pode ser caracterizada, ao mesmo tempo, como espaço de práticas religiosas e formativas. Com forte orientação espiritualista (sobretudo, do budismo tibetano) e caráter filantrópico, o NEIMFA desenvolve ações de formação holística com ênfase nas áreas de Direitos Humanos, Cultura e Gênero, atendendo atualmente a cerca de 300 pessoas com atividades diversas. A entidade expressa a essência do que chamaremos de **autoridade organizacional**.

Entre suas ações formativas, destacam-se: reforço e complementação ao ensino formal para crianças; oficinas de reciclagem de papel para adolescentes e jovens (projeto e linhas de produtos reciclados denominados Cor do Coque); oficinas de música (percussão); grupos de orientação a mães e gestantes; ciclos críticos formativos com jovens e adultos (grupos de estudo semanais); um curso regular de formação de agentes de desenvolvimento comunitário. As atividades formativas do NEIMFA costumam envolver grupos menores e ter uma duração mais longa (até três anos, no caso de alguns processos formativos) do que os do projeto que é objeto de análise desse artigo.

O NEIMFA abriga ainda de modo regular práticas ecumênicas com influências do catolicismo, espiritismo, cultos afro-brasileiros e budismo. A orientação budista, no entanto, prevalece. É um dos poucos espaços visitados pelo líder máximo do budismo Sakya, Sua Santidade Sakya Trizin, quando ele esteve em Recife em junho de 2011.

O NEIMFA está localizado em uma casa própria na Rua Jacaraú, número 31, em uma rua sem calçamento, transversal à chamada “Rua do Canal” (por

possuir um canal de esgotos a céu aberto), nas proximidades da estação integrada de ônibus e metrô, uma das áreas mais conhecidas do Coque. Possui duas amplas salas de aula, refeitório e laboratório de informática. Os responsáveis pelas atividades realizadas no NEMFA são, em sua maioria, voluntários ou bolsistas de projetos sociais.

A orientação pedagógica das atividades da associação está a cargo de um psicólogo (Aurino Lima) e de um pedagogo (Alexandre Freitas), que funcionam como “mentores” da associação. Ambos são, atualmente, professores do Centro de Educação da UFPE, mas sua atuação no NEIMFA é bem anterior ao seu ingresso na universidade. A administração da associação está a cargo de um Conselho Gestor, composto por moradores do Coque, sendo a maioria deles jovens formados nas atividades do próprio NEIMFA e que conseguiram, também, ingressar em cursos universitários.

Desde 2007, o NEIMFA faz parte da rede Coque Vive composta ainda por integrantes do coletivo Movimento Arrebentando Barreiras Invisíveis (MABI), formado por jovens moradores do Coque, e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio de uma equipe constituída por alunos egressos, professores, estudantes de graduação e pós-graduação de quatro departamentos (Ciências Sociais, Psicologia e Orientação Educacionais, Administração Escolar e Planejamento Educacional e Comunicação Social). Juntos, esses distintos atores sociais constituíram uma rede de promoção social que vem incentivado, entre outras coisas: 1) a problematização das representações midiáticas sobre os espaços populares por meio de eventos, ciclos críticos formativos, cursos e oficinas; 2) a produção de conteúdos sobre e a partir do Coque (jornal comunitário, fanzines, vídeos e curtas, animações, fotos, blogs, livro-reportagem, livro de fotografia).

Para estimular a produção de novas representações sobre o Coque, foi criada, a partir da articulação da rede Coque Vive, a Estação Digital de Difusão de Conteúdos, que fica abrigada em uma sala cedida pelo NEIMFA. A Estação Digital de Difusão de Conteúdo surgiu como um uma proposta coletiva dos atores envolvidos na rede de promoção social em consolidação no Coque e foi viabilizada com recursos de editais de projetos de extensão e de premiações (Prêmio Caixa de Jornalismo Universitário concedido a um jornal-laboratório comunitário realizado por estudantes de jornalismo da UFPE e jovens do Coque). O espaço físico foi reformado em regime de mutirão por jovens da comunidade.

Atualmente, a Estação é formada por um estúdio de som e por um computador para edição de vídeo e gravação/edição de áudio. A infraestrutura de produção também conta com câmeras fotográficas digitais e uma filmadora do tipo mini-DV. Os equipamentos foram usados para atividades da Unidade de Inclusão Digital Coque Livre.

O Projeto

O processo formativo da UID Coque Livre foi resultado de um projeto de extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através de seu Departamento de Comunicação Social. Foi essa a *Autoridade de planejamento e gestão*, constituída por professores pesquisadores e estudantes de iniciação científica e mestrado, que elaborou a iniciativa e estabeleceu parcerias com os agentes institucionais que já atuavam no Coque. Essa articulação se tornou possível por causa de outras intervenções realizadas em anos anteriores, através das quais o MABI havia se tornado o principal parceiro das ações do Departamento de Comunicação Social no local. Desta vez, no entanto, o NEIMFA, seria o parceiro da implantação da UID Coque Livre.

O projeto aconteceu no formato de oficinas e atividades complementares que, juntas compunham o que denominamos de “ciclos de mídias livres” oferecidos, preferencialmente, a jovens entre 14 e 18 anos. Essas atividades tinham como objetivo imediato o desenvolvimento de condições estruturais, conceituais e afetivas para a produção, circulação, apropriação e usufruto de conhecimento, informação e cultura por parte da comunidade. Mais do que um produto a que se chegaria depois de alguns meses, a lógica desse caminho foi a valorização de singularidades, o desenvolvimento de condições para que essas singularidades não-representáveis por outros meios se expressassem por si e auferissem níveis de autonomia em relação ao objeto técnico e aos próprios oficinairos. A base conceitual que guiou essas atividades prestigiou a força de trabalho imaterial e do trabalho vivo cooperativo no sentido de produção do Comum, apontado por Antonio Negri e Michael Hardt (2005).

Entretanto, o modelo predominante das iniciativas de ‘inclusão digital’ – com capital privado ou público em execução no Brasil –, é ancorado na suposição de que há uma equivalência entre a redistribuição de recursos sociais e justiça (MOTA, 2009). Por esse caminho, governos e mercados consideram concluída

a tarefa de incluir digitalmente extratos pobres da população ao disponibilizar computadores e internet nas comunidades com baixo IDH e/ou que se localizem na periferia geográfica das cidades. Para a criação da Unidade de Inclusão Digital Coque Livre procurou-se uma segunda via. Nela, um dos objetivos é construir condições de possibilidade para que aconteça uma apropriação crítica das tecnologias; apropriação que torne possível a produção de valor com base na improvisação contínua, na comunicação, nas subjetividades culturalmente construídas, nas relações afetivas, no cotidiano sensitivo das comunidades envolvidas – em um Comum imanente de relações, que impulsiona a produção social. Assim, uma linha de fuga se estabelece, explicitando o aspecto não utilitarista que processos de ensino-aprendizagem com tecnologias da informação e comunicação podem alcançar.

Por esse caminho, o trabalho que imaginamos fomentar na UID Coque Livre era não somente recusa à exploração do trabalho. Era também constituição Comum de novas formas de cooperação social e de atividades criativas alimentadas pelos elementos comuns preexistentes à UID Coque livre. O centro dessa relação entre Comum e trabalho vivo é colonizado por práticas de liberdade – de interação, criação, de narrativas inovadoras, de comunicação alternativa, de ocupação e resistência, registro e intervenção – desenvolvidas em rede. O projeto buscou fomentar o Comum como pressuposto, condição, meio e resultado da produção biopolítica, para que esse Comum pudesse se constituir como uma espiral e base para novas produções.

Do ponto de vista operativo, a partir da orientação geral dos oficinairos responsáveis pelas aulas propriamente ditas, os monitores da UID reforçavam os conteúdos junto aos alunos, de modo complementar e individualizado. Paralelamente aos ciclos de formação em mídias digitais (ciclos de mídias livres), a UID Coque Livre ofertou, com orientação e instrução dos seus monitores, um conjunto de práticas laboratoriais com o objetivo de estimular os jovens moradores do Coque frequentadores do NEIMFA a utilizar as mídias digitais como forma de expressão. Estas ações não se limitaram apenas ao estímulo do uso do computador e internet. Também envolveram, de um lado, a utilização de câmeras digitais fotográficas e de vídeo para produção de imagens a serem disponibilizadas na web. Por outro lado envolveram a capacitação para o manuseio dos equipamentos disponíveis na Estação Digital de Difusão de Conteúdos, já instalada no NEIMFA.

Conceitualmente, o projeto considerou que esses processos de ensino-aprendizagem, trocas, afetos, pertencimentos inerentes ao terreno das subjetividades – condições gerais do processo vital – seriam fundamentais na apropriação de conhecimentos, metodologias, espaços e tecnologias. O resultante das atividades do projeto deveria ser o desenvolvimento de relações sociais – a matéria-prima do trabalho imaterial. Nesse ponto, concordamos que são as diferentes e infundáveis formas de vida nas suas expressões coletivas e cooperativas (nos termos de Negri & Hardt, singularidades) que constituiriam a fonte de toda a inovação que queríamos ver aflorar no Coque. Da mesma maneira, o projeto reconhecia que tais singularidades produtivas são também imediatamente políticas. Ou seja, aproveitamos a conexão entre *trabalho e ação*, típica do período pós-fordista (COCCO, 2009); os elementos do trabalho vivo, em sua articulação com o âmbito da produção e da subjetividade, que permite associar o *sujeito produtivo* ao *sujeito revolucionário*.

Assim, a base conceitual que guiou essas atividades considera que é possível estabelecer processos de reapropriação da riqueza social que se baseiam em processos de cooperação social. Lembremos da tradição, advinda do trabalho intelectual de socialistas e comunistas, de clamor para que o proletariado tenha livre acesso e controle de máquinas e materiais que precisa para produzir. Essa demanda ganha novos contornos no pós-fordismo, quando da produção imaterial e biopolítica: não são mais apenas as máquinas usadas para produzir. Os próprios sujeitos se tornam mais maquinais e os meios de produção se integram progressivamente à existência mental e corpórea dos sujeitos. Nesse contexto de produção imaterial e biopolítica a reapropriação significa ter livre acesso e controle de conhecimento, informação, comunicação, afetos, pertencimentos.

Portanto, a criação de condições estruturais e conceituais para a produção, circulação, apropriação e usufruto de conhecimento, informação e cultura fora das hostes comerciais foi alimentada por essa confluência entre trabalho vivo, colaboração e Comum. O trabalho imaterial que se desprende dessas potencialidades está afinado com aquilo que André Gorz (2005) pontuou como sendo o “trabalho da produção de si”. Nesse sentido, o caminho que orientou a concepção dos Ciclos é tal que permite contribuir para a construção de espaços (lógicos, físicos e afetivos) que permitam a expansão das potências criativas, a quebra da previsibilidade e a superação da relação industrial entre projeto e produto.

Essa abordagem não utilitarista permeia a apropriação crítica de ferramentas e de linguagens de expressão, de modo que já é, por si, uma alternativa à lógica de mercado, da preparação da mão de obra e do ‘produto’, que habitam as entrelinhas dos tradicionais programas de inclusão digital.

É necessário observar inicialmente a perspectiva que procura adequar necessidades simbólicas, espaços disponíveis e/ou construídos coletivamente nas comunidades e o cotidiano delas na implementação dos ambientes de conexão à internet. Nestes casos, a instalação dos computadores é um processo realizado com os que serão usuários das máquinas, em oficinas nas quais os equipamentos são literalmente desconstruídos. Os dispositivos são abertos e seu interior esquadrihado em atividades cujo resultado é o funcionamento de um número mínimo de computadores em rede, conectados à internet. Mas que implica também em um processo de desmistificação do artefato, e que contribui para que ele não seja manuseado com ‘excessivo respeito’ – como um outro, externo e distante. A ideia que permeia isso é a noção de que é possível interferir sobre a tecnologia, o que por seu lado também se vincula a uma perspectiva antiutilitarista, e contribui com outros processos de aprendizagem, de formação de identidade, de pertencimento, de expressão de relatos e subjetividades; de veiculação de reivindicações variadas. A ‘capacitação’ não é um elemento prioritário, embora acabe ocorrendo também.

99

Aplicado às tecnologias digitais, aos computadores pessoais e à eletrônica embarcada em equipamentos de uso cotidiano, esse caminho que vincula cooperação, comum e trabalho vivo passa a se referir à transformação do computador de uma mera ferramenta de trabalho (inacessível e desconhecida) em um instrumento de comunicação sobre o qual os sujeitos podem intervir; e de uma nova linguagem de criação e expressão para refletir as necessidades locais de cada comunidade.

Nesse sentido os relacionamentos com os aparatos técnicos colocados em prática nas oficinas procuraram colocar em suspensão a técnica como algo natural (positivo) ou artificial (negativo). E tomam-na como algo sobre o qual é ainda possível atuar. Nesse sentido Simondon chama atenção para o trabalho do artesão, que é baseado numa organização analítica, deixando sempre a via livre a novas possibilidades.

Diz Simondon:

estas possibilidades são a manifestação exterior de uma contingência interior. No afrontamento da coerência do trabalho técnico com a coerência do sistema de necessidades de utilização, é a coerência da utilização que vence porque o objeto técnico (construído) sob medida é de fato um objeto sem medida intrínseca; as suas normas vêm-lhe do exterior: não realizou ainda a sua coerência interna; não é um sistema do necessário; corresponde a um sistema aberto de exigências (SIMONDON, 1964, p. 23).

De forma virtuosamente não utilitarista, a técnica é tomada como multiplicidade, a uma multiplicidade solta das amarras da medição e da organização de forças previamente determinadas. É essa perspectiva, tornada plástica, que anima as apropriações realizadas pelas ações coletivas com tecnologias livres em geral e os ciclos realizados no Coque Livre em particular.

Foram realizados cinco ciclos, sendo todos eles conduzidos, conjuntamente, por oficineiros contratados e por monitores (bolsistas). Cada ciclo tinha a duração de três semanas, com cinco horas-aula dia, sendo articulados às atividades laboratoriais. Os oficineiros e monitores (bolsistas) da UID trabalharam conjuntamente. Os oficineiros formam o grupo de singularidades que reúnem e se alimentam das características do que chamamos de *Autoridade hacker*. Nesse sentido, são alimentados ideológica e tecnicamente por alguns princípios básicos. Entre eles, preferência pela descentralização; empenho pelo livre acesso aos computadores ou outros meios capazes de ensinar algo sobre como o mundo funciona; o pressuposto de que toda a informação deve ser livre; a colaboração em rede e o compartilhamento dos avanços com os nós que compõem a rede. Esses princípios compõem a ética hacker (THOMAS, 2002). Alguns de seus integrantes possuíam larga experiência no desenvolvimento de softwares, gestão de sistemas telemáticos e intervenções sociais. As oficinas foram as seguintes:

A) Imersom

*Vagas: 15**

Proposta geral: apresentação das mídias digitais como formas de expressão, “desmistificação” do computador, introdução a conceitos de mídias livres, introdução à computação, metarreciclagem, experimentação técnico-expressiva com meios digitais. Conhecimentos do projeto original articulados à proposta pedagógica: Linux Básico + Hardware - Confecção de Hardware Experimental para Áudio - Produção em Áudio - Manipulação de Vídeo em tempo real.

B) Comunicação à mão I

Vagas: 10

Proposta geral: apresentação das mídias digitais como formas de expressão, “desmistificação” do computador, introdução à discussão sobre democratização da comunicação, produção e gerenciamento de conteúdos para plataformas colaborativas (produção de blogs). Conhecimentos do projeto original articulados à proposta pedagógica: Linux Básico + Hardware - Internet + CMS (Content Management Service), Produção em Vídeo, Produção em Áudio - Edição em Software Livre, Gravação em Software Livre

C) “Escrita” de conteúdos para Web

Vagas: 10

Proposta geral: Utilização das mídias digitais como formas de expressão, introdução a conceitos e lógicas de programação (HTML), experimentação técnico-expressiva com meios digitais, desenvolvimento de conteúdos para web, noções de reuso (reaproveitamento criativo de conteúdos e ferramentas disponíveis na rede). Conhecimentos do projeto original articulados à proposta pedagógica: Linux Básico + Hardware; Confeção de Hardware Experimental para Áudio ; Produção em Áudio + produção em vídeo ; Produção de Imagem Digital ; Internet.

101

D) Comunicação à mão II

Vagas: 10

Proposta geral: apresentação das mídias digitais como formas de expressão, introdução à discussão sobre o potencial da internet como instância mobilizadora e produtora de representações, produção e gerenciamento de conteúdos para plataformas colaborativas, produção audiovisual digital. Conhecimentos do projeto original articulados à proposta pedagógica: Linux Básico + Hardware ; Internet + CMS (Content Management Service), Produção em Vídeo, Produção em Áudio ; Edição em Software Livre, Gravação em Software Livre.

E) Programação interativa

Vagas: 10

Proposta geral: Utilização das mídias digitais como formas de expressão, estratégias de articulação com redes sociais, estratégias alternativas de comunicação, introdução a conceitos e lógicas de programação, experimentação técnico-expressiva com meios digitais,

desenvolvimento de conteúdos para web, noções de reuso (reaproveitamento criativo de conteúdos e ferramentas disponíveis na rede). Conhecimentos do projeto original articulados à proposta pedagógica: Linux Básico + Hardware; Produção em Áudio, produção em vídeo ; Produção de Imagem Digital ; Internet.

Uma das consequências da forma coletiva de construção (ou de reorganização) de um telecentro descrito acima (ou da execução de propostas como as realizados nos ciclos do Coque Livre, descritas adiante) é que os resultados da interação coletiva passam a ser entendidos como bens Comuns. As comunidades sentem-se responsáveis pelo espaço, pelos objetos e equipamentos sobre o qual todos têm responsabilidades e acesso. É da mesma ordem de apropriação o uso que dele emerge. No caso de telecentros, a função que eles assumem vai bem além da capacitação da mão de obra para o mercado de trabalho. E é nesse sentido que se torna possível a superação da noção utilitária em que se ancora boa parte dos modelos de inclusão digital sob a lógica da Justiça Distributiva. Como já mencionado, outros elementos emergem em sintonia com demandas de ordem imaterial de pessoas e grupos. É colocado em relevo um conjunto produtivo e vivo de relações sociais, afetivas, comunicacionais, cooperativas, cognitivas, imateriais, etc.

Potencialidades e limites do projeto

Ao longo da execução do projeto, a relação com o principal parceiro, o NEIMFA, não foi tão produtiva quanto prevíamos no momento em que a intervenção foi concebida. O processo de implementação da UID Coque Livre coincidiu com mudanças na configuração do seu Conselho Gestor. Isso obrigou o conjunto de sujeitos que formava a **Autoridade de planejamento e gestão** a renegociar inteiramente o projeto que, para ser submetido à entidade financiadora, havia sido discutido e recebido a anuência de grupo então responsável pelas ações de articulação comunitária do NEIMFA – a **Autoridade organizacional**. Esta renegociação provocou atrasos e tensões no período inicial do processo, assim como exigiu reposicionamentos da equipe executora, finalizando com a repactuação das ações.

Quando da etapa de planejamento das atividades da UID, a **Autoridade de planejamento e gestão** foi surpreendida com a informação de que a associação, a despeito da sua prévia anuência, não tinha mais interesse em executar o projeto tal como havia sido negociado anteriormente, em função de novas orientações na sua proposta pedagógica e da deliberação em priorizar outras atividades. Após reuniões e discussões, o projeto foi repactuado e começamos, mas já com atraso, a implementação da UID.

Esse desencontro inicial entre a **Autoridade de planejamento e gestão** e a **Autoridade organizacional** repercutiu na execução do projeto: não percebemos, ao longo do processo, um efetivo engajamento do parceiro com os objetivos e atividades da UID. O espaço físico para a implementação da UID foi franqueado e, por meio do seu Núcleo de Articulação Comunitária e Comunicação, o NEIMFA recrutou e selecionou o grupo que participou do primeiro ciclo de formação em mídias digitais. Não houve, no entanto, um interesse maior da associação em integrar as atividades da UID com suas demais ações.

O convívio entre a **Autoridade organizacional** e os que compunham a **Autoridade hacker** foi ainda mais problemática, porque a atuação dos monitores e oficinairos dependia da disposição contínua das instalações e equipamentos, cuja disponibilidade dependia da anuência também contínua dos primeiros. Além disso, uma distância ontológica se verificou entre o *modus operandi* de organização do tempo, do espaço e das prioridades entre essas duas formas de autoridade – a primeira mais afeita a um modelo organizacional fortemente dependente da anuência, da autoridade. A segunda, acostumada a espaços menos hierarquizados de trabalho. As diferentes formas de encarar as potencialidades expressivas das mídias digitais, bem como do papel que estas podem desempenhar em processos de formação emancipatórios, também inibiram a iniciativa. Essa potencialidade é encarada de diferentes formas pela **Autoridade organizacional**, pela **Autoridade Hacker** e pela **Autoridade de planejamento e gestão**.

A dificuldade de articulação entre as “lógicas” do NEIMFA como sede e artífice da **Autoridade organizacional**, e da **Autoridade Hacker** para a consecução da UID Coque Livre pode ser atribuída, entre outros fatores, a características particulares do próprio NEIMFA. Sobretudo, o já mencionado caráter híbrido do lugar, um misto de centro espiritual, educacional e comunitário. Por esse seu caráter também religioso, o NEIMFA tende, naturalmente, a atrair

um grupo de frequentadores mais segmentado entre os quais se identificam muitas relações de parentesco, amizade ou vizinhança. Nesse contexto, um espaço como o laboratório de informática, ainda que esteja inserido na proposta mais aberta e geral da UID Coque Livre, tende a funcionar muito mais para “uso interno”. Nesse sentido, atrai mais aqueles que pertencem à associação ou que possuem algum grau de proximidade. Conseqüentemente, essa característica inibe uma frequência mais aberta e espontânea.

É interessante observar ainda que o NEIMFA está em uma “disputa” simbólica com as religiões neopentecostais e suas representações na comunidade. Ao mesmo tempo em que disponibiliza acesso a um certo público habitual, a entrada pelo NEIMFA exclui de saída um contingente importante que tem resistência em se ver associado às religiões afro-brasileiras – e à especialíssima confluência de oráculos cuja base é o Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis.

Mas é possível traçar outras razões do desencontro, de ordem mais enraizada.

A *Autoridade organizacional* parece necessitar de um horizonte de controle do trabalho, da produção, dos resultados. O ambiente virtual para a construção de discursos e para trocas se configurou como um universo desconhecido e mais: difícil de manter o controle e que oferece duvidosos retornos. Esta incompreensão torna-se mais evidente quando, por um lado, testemunhamos o entusiasmo dos gestores do NEIMFA diante de outras formas expressivas produzidas pela rede Coque Vive, tais como vídeos, fotografias e publicações impressas. Por outro lado, constata-se também, entre os formadores do NEIMFA, uma visão instrumental do computador, desconsiderando que o uso expressivo das mídias digitais pode ser um importante aliado nos processos de formação humana e de transformação de subjetividades por eles almejados.

A *Autoridade de planejamento e gestão* navega entre dois mundos, necessitando dialogar, interagir e negociar com ambos. Por um lado, o universo das autoridades estabelecidas, da necessidade dos resultados e produtos que eventualmente se confundem com o capital cristalizado do trabalho morto, os agentes financiadores e seus cuidados com o bom uso do dinheiro público. Recursos esses que precisam ser justificados, e portanto enquadrados sob algum protocolo, o que significa a adequação a métricas de produção, de valor e de trabalho – métricas

que nem sempre são adequadas à avaliação de resultados alcançados. Por outro lado, a *Autoridade de planejamento e gestão* já estabeleceu (ou reestabeleceu) a ponte com a produção do Comum, o trabalho imaterial, a lógica cooperativa, a impossibilidade de metrificar algumas demandas e respostas, trabalhos e afetos, as singularidades e a imanência de ordem espinozista (presentes no trabalho de Antonio Negri e Michael Hardt) como resultado de uma confluência e de um pensar renovado sobre o comunismo. Difícil a posição da *Autoridade de planejamento e gestão*, que caminha sobre uma terra – tendo de atender às demandas de sua aridez burocrática e de suas cobranças operativas –, mas sendo chamada também a sonhar com a fertilidade dos campos da produção do Comum, cujo valores não se deixam medir com facilidade.

Esse enclave de tempos, disposições, afetos, promessas, diferentes investimentos e fé é vivido como contexto pela *Autoridade comunitária* (*sujeitos da comunidade, antigos moradores, pais de alunos*), cuja experiência, sobretudo, é a da busca pela sobrevivência, em um contexto de aguda precariedade de serviços básicos, de segurança, de moradia. A *Autoridade comunitária*, em última análise, reflete a Multidão e seus anseios. Como tal, somente pontualmente é chamada a autorizar a produção do comum que se pretendia no espaço controlado pela *Autoridade organizacional*. A *Autoridade comunitária* como reflexo da Multidão é a fonte primária da potência do comum que se pretendia semear a partir das dependências do NEIMFA. Mas o encontro de autoridades não produz necessariamente o capital Comum, porque suas lógicas apostam em horizontes diferentes.

Um outro aspecto ainda relacionado à *Autoridade comunitária* – investida agora pelos jovens da comunidade –, precisa ser considerado porque dificuldades de choque/encontro de autoridades não se restringiu ao embate entre a *Autoridade organizacional* e a *Autoridade de Planejamento e Gestão*.

Ao menos três fatores comprometeram um maior aproveitamento das oficinas por parte dos jovens moradores do Coque. O pouco conhecimento de informática e de uma base de matemática foi uma delas. O resultado, em alguns momentos, foi o abandono de uma pedagogia mais colaborativa em prol da demonstração das possibilidades das TICs pelosicineiros. Parece ter havido uma inadequação entre a amplitude de conhecimento necessário ao melhor aproveitamento das oficinas: precária formação prévia dos alunos e o tempo curto

do projeto de implementação da UID.

Um segundo fator se refere às **preocupações imediatas de entrar no mercado de trabalho**, que levou alguns dos interessados a encarar as oficinas como uma possibilidade de formação técnica que aumentasse as chances de se empregar em pouco tempo. Uma das meninas, que fez uma das oficinas e que não tinha relação prévia com o NEIMFA, apontou, como uma das razões pelas quais as amigas não a acompanharam, os cursos da Coca-Cola voltados ao mercado de trabalho. Ela mesma não fez as oficinas seguintes porque ia fazer o curso que a empresa ofereceria sobre atendimento, duas vezes por semana.

Essas preocupações inibiram a ambição das políticas públicas voltadas a novas tecnologias implementadas durante o governo Lula. Iniciativas que, apesar de assumirem objetivos mais amplos ligados à cidadania, tiveram grande dificuldade de superar a restrição a metas mais pragmáticas. Em particular, de fornecimento de equipamentos influenciadas por uma concepção de “divisão digital”, segundo a qual o simples acesso às tecnologias é a finalidade principal. No contexto das políticas nacionais brasileiras, a tentativa de alargar a compreensão das TICs para além de seu uso instrumental, podem ser rastreadas ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, que em 2000 produziu o *Livro Verde*, onde estava impresso a urgência em encontrar “soluções efetivas” que possibilitassem a “diferentes segmentos sociais e regiões” terem acesso amplo à internet, combatendo assim a “info-exclusão” (p. 26). O acesso às tecnologias de informação e comunicação, e em especial à Grande Rede, era percebido como condição fundamental para o desenvolvimento econômico do País e como uma possibilidade de abertura de oportunidades de renda e emprego para amplas parcelas da população, em especial, para as camadas pobres. Ou seja, “além de prover informações úteis ao cidadão, é possível oferecer-lhe serviços e informações capazes de auxiliar no funcionamento de seus negócios e nas tomadas de decisão, principalmente quando se trata de pequenas e médias empresas” (*Livro Verde*, 2000, p. 28). Nesse momento, a “divisão digital” era compreendida também como um entrave à plena realização da cidadania em uma sociedade que dependia cada vez mais da informação. Por isso, a ideia de “inclusão digital” expressa naquele documento trazia também conotações relativas ao empoderamento dos usuários através das novas tecnologias.

O *Livro Verde* orientou as políticas de inclusão digital a partir de sua ênfase no desenvolvimento econômico e no exercício da cidadania. Já no *Livro*

Branco, de 2002, que propõe os “caminhos” a partir dos quais o ingresso na “sociedade de informação” seria viabilizado, a “inovação” passou a ocupar um lugar proeminente. O papel principal da ciência e da tecnologia deveria ser o de fomentar nossa capacidade de inovar, no âmbito do mercado. No entanto, mais uma vez, ao apresentar o livro, Fernando Henrique Cardoso ainda considera necessário empreender “uma verdadeira política de ciência da cidadania”. Ainda assim, muito mais pragmática, a concepção de que as novas tecnologias são instrumento de desenvolvimento econômico, através do aumento da qualificação da mão de obra e da capacidade de inovação das empresas, acabou definindo o tom predominante das políticas públicas para o setor daquele período. As políticas do governo Lula retomaram uma certa ênfase na cidadania esboçada no *Livro Verde*, mas a experiência da UID Coque Livre mostra o quão arraigada é a visão mais utilitarista das novas tecnologias entre os próprios beneficiados.

A terceira dificuldade está relacionada ao uso arraigado da relação com o objeto técnico em geral e com as redes sociais em particular. Tais dificuldades se mostraram obstáculos às experimentações propostas nos ciclos das oficinas. Para compreender isso é importante atentar para a sociabilidade juvenil, que vincula a adesão ou recusa das atividades ao fato de estar em grupo. O uso das redes sociais como forma de “estar junto” exprime a forma utilitarista e imediatista do uso da Grande Rede e dos equipamentos técnicos e, por outro lado, exaure a energia desejante de produção comunitária que se pretendia realizar no projeto da UID Coque livre. Nesse último sentido, a atenção dos jovens da comunidade que participaram das atividades era desviada constantemente para a interação mediada por tais redes sociais.

A própria participação no NEIMFA foi explicada nestes termos por uma aluna egressa do Curso de Agentes de Desenvolvimento Comunitário:

“Adoro dormir e gosto de estar assim... encontrar com amigos, essas coisas, a gente nunca se separa. Aí tem oficina no NEIMFA, aí vem todo mundo para aquela oficina. A princípio para se encontrar, né? Depois agente começa a gostar da oficina, mas a principio todo mundo quer se encontrar (...) Também porque a gente não tava fazendo nada... porque acaba o curso da gente, aí fica em casa, aí já faz alguns meses que a gente não se encontra, porque a gente se formou e, de lá para cá, a gente não tinha se encontrado, aí aproveitou, não tava fazendo nada, aí veio pro curso e acabou gostando” (A., 16 anos).

Esse impulso gregário muito típico das experiências desta faixa etária é a motivação principal nos usos das TICs, pelo menos neste caso. Perguntado sobre o seu maior interesse no uso da internet, um aluno respondeu sem pestanejar: “Facebook”. Solicitado a explicitar mais seu uso da rede, ele resumiu: “Bate-papo. Com meus amigos, né? (...) Tem uma menina que mora lá na Índia... Índia não, Nepal, sei lá. Tem vários de Recife, eu não sei onde eles moram não, eu não pergunto não. (...) Alguns estudam aqui no NEIMFA... Eita, estudam não, trabalham aqui, voluntário” (L., 15 anos). Outra entrevistada adicionou outro aspecto que nos ajuda a caracterizar esse “estar junto” que move boa parte dos usos das TICs por estes jovens: a busca por estar a par do que se passa no seu círculo e o medo de se sentir excluído (S., 14 anos).

Por isso a preferência pelas ferramentas citadas nas entrevistas: Facebook, Orkut, Twitter. Qualquer experiência de “inclusão digital” voltada para esta faixa etária, a esta altura, dificilmente encontrará um público completamente leigo no tocante às TICs. Os jovens que responderam aos questionários aplicados pelos monitores e os que foram entrevistados manifestam outras formas de acesso ao computador e à internet, hoje quase onipresentes também na periferia das grandes cidades brasileiras, seja através do equipamento de um membro da família com uma situação financeira melhor, seja através de cursos e oficinas oferecidos por entidades da sociedade civil ou *lan houses* e, eventualmente, até mesmo a escola. O NEIMFA já tinha um laboratório de informática onde uma das alunas teve o seu primeiro contato com o computador: “Fiquei vindo toda sexta que era aula de teatro, aí depois eu vinha todo dia, o professor morava aqui no NEIMFA. Aí tinha eu e outro aluno na aula, aí a gente ficava na sala de informática com o professor e ele ficava ensinando a gente a mexer no computador” (A, 16 anos). Além disso, a entrevistada relata o aprendizado na casa da patroa da mãe como importante na sua aproximação com o computador: “Aí depois de muito tempo, aí minha mãe trabalha na casa de família, aí a patroa dela... aí ela mexia no computador, aí eu perguntei como que entrava na internet... Ela me ensinou, eu não sabia entrar, mexer, não sabia o que fazer... aí só fazia jogar... depois de um tempo...depois de muitos anos... faz muito tempo que eu aprendi a mexer” (A., 16 anos).

Outra entrevistada revela o uso das *lan houses*, e alguma resistência a frequentar esse ambiente, embora os motivos não tenham ficado perfeitamente claros. Perguntada sobre o computador, ela diz: “Assim... ter em casa a gente não

tem. Também odeio ir para *lan house* (...) Porque eu não sei os programas que tem lá, não me adaptei àqueles computadores, não gosto, tem vez que a pessoa até esquece de fechar o que ela abriu e fica lá tudo aberto” (S., 14 anos).

Essa experiência de uso anterior com os equipamentos, entretanto, evidencia um certo caráter tutelado no trato com a máquina: o modo confortável e não problematizante da relação com computadores pessoais, comum em todas as classes sociais – uma perspectiva oposta à que foi adotada no projeto. Essa arraigada relação com o objeto técnico impôs estranhamento e dificuldades de um aproveitamento maior das oficinas e se associa ao primeiro dos elementos acima mencionados nas dificuldades entre a Autoridade Comunitária a Autoridade Hacker: o pouco conhecimento de informática e matemática por parte dos alunos.

A este respeito, a fala de uma aluna é esclarecedora: “Aí eu acesso mais quando tem aqui, alguma coisa aqui, quando ‘libera’, aí a gente vem” (A., 16 anos). A ideia de “liberação” marca este contraste entre o uso do computador para o aprendizado e o uso para diversão, entendida, sobretudo, como o acesso às redes sociais para travar contatos com amigos e recém-conhecidos. Uma outra aluna revela sua indignação com colegas que acessavam as redes durante as aulas, com propósitos diferentes dos propostos pela aula em questão:

Tem um menino que ele era... que diz que não pode mexer na internet, mas eu disse que pode, se chegar antes da hora.. Aí ele: ‘Ah, mas assim não quero, não, quero mexer o tempo todo’. Aí eu disse: ah, meu filho, aí você quer ir para *lan house*... Aí ele disse: ‘Eu não vou mais não’. Aí eu disse: não vá, não sou eu que estou dando aula, porque se fosse eu que estivesse dando aula, você ia ser o primeiro a sair. Aí ele fechou a cara e saiu (S., 14 anos).

A interação nas redes sociais objetiva um capital valioso (a atenção) por meio do qual fluem outros: a rede de relações, de ideias, de conflitos, de interações e saberes comuns. Trata-se de um desafio educacional driblar ou tirar proveito desses mecanismos e esse desafio apareceu fortemente nessa experiência aqui relatada. Se, por um lado, as redes sociais ampliaram significativamente a frequência de uso do computador e da internet para alguns alunos, por outro lado, elas evidenciaram um contraste entre as suas motivações preferenciais e aquelas dos oficinairos.

Assim, a proposta dos oficinairos muitas vezes esbarrava nesses aspectos o que exprime um outro front de dificuldades entre a *Autoridade Hacker* e

uma das modulações da *Autoridade Comunitária* – nesse caso, representado pelo próprios jovens. O resultado, em alguns momentos, foi o abandono de uma pedagogia mais colaborativa em prol da demonstração das possibilidades das TICs pelos oficineiros. Parece ter havido uma inadequação entre a amplitude de conhecimento necessário ao melhor aproveitamento das oficinas; a formação prévia dos alunos; o modo predominante de lidar com o objeto técnico e ainda o tempo curto do projeto de implementação da UID.

Diante do exposto, percebe-se que a expectativa dos alunos em relação às oficinas apontava para o acesso livre e gratuito aos equipamentos e à rede mundial de computadores e para um aprendizado mais técnico, relativo ao manuseio dos equipamentos e à confecção de sites, por exemplo.

Ainda assim, as oficinas registraram momentos em que as possibilidades de usos das TICs foram experimentadas com muito gosto e interesse. Um dos alunos lista esses momentos: “Quando a gente aprendeu a fazer... os negócios do corpo da gente com a energia, foi importante, eu gostei muito dessa aula. Quando a gente construiu a casa... Quando a gente foi para entrevistar...” (L, 16 anos). Outra aluna demonstra ter compreendido muito bem o sentido maior da experiência proposta nas oficinas: “porque tipo assim, porque a gente vai aprender a mexer com a internet, mas de forma “associativa”. Que a gente vai saber como usar, se informar e informar os outros, fazer um blog. Vamos fazer talvez dois. Pode postar coisa que talvez possa denunciar... Escrever alguma coisa...” (S., 14 anos).

De modo geral, apesar das grandes dificuldades enfrentadas, a experiência representou um enorme aprendizado, especialmente para os oficineiros, monitores (bolsistas) e membros da rede Coque Vive.

Analiticamente, o aporte teórico via Antonio Negri & Michael Hardt é um aliado interessante para antecipar potencialidades e para analisar avanços efetivos, quando estes ocorrem. Mas parece encontrar um limite quando o encontro (antagonista) entre diferentes matrizes de autoridade atrapalham ou impedem um desenvolvimento mais substantivo do Comum, em contextos de interações como as analisadas aqui. Uma cooperação em geral entre tais autoridades seria esperada e necessária para tanto. No entanto, prevalece uma desigual competição para o equacionamento das diferenças e prioridades, com um correspondente passivo que impede a realização da potencialidade plena do Comum, como se esperava.

Referências

COCCO, Gilberto. **MundoBraz: O devir - mundo do Brasil e o devir – Brasil do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Censo 2000. Censo Demográfico brasileiro. Brasília, DF: 2000

COSTA, Luiz Carlos Pinto. **Ações coletivas com mídias livres: uma interpretação gramsciana de seu programa político** [tese]. Recife (PE): Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco; 2010.

FERREIRA, Jonatas. ; ROCHA, Maria Eduarda. Entre a inclusão e a democracia digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da região metropolitana do Recife. *Liinc em Revista*, v. 5, p. 100-116, 2009.

FREITAS, Simão de. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo sobre o papel das redes associacionistas** [tese]. Recife (PE): Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco; 2005.

Gorz, A. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

Lazzarato, M., Negri, A. **Trabalho imaterial**. 1 a . Ed. Rio de Janeiro: LP&A,

Livro Verde. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: MCT, 2000.

NEGRI, Antonio. **Para uma definição ontológica da Multidão**. São Paulo: Lugar Comum, 2004.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEVES, José Pinheiro. **O apelo do objecto técnico. A perspectiva sociológica de Deleuze e Simondon**. Porto: Campo das Letras Editores S.A., 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife: PCR, 2005. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/Recife%20-%20Desenvolvimento%20e%20Desigualdade.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

RANCIÉRE, Jacques. **O desentendimento – Política e Filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SIMONDON, Gilbert. **L'individu et sa genèse physico-biologique**. Paris: PUF, 1964.

THOMAS, Douglas. **Hacker culture**. Minneapolis: University Minesota Press, 2002.